

31 - 05 | 2025

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS DO ESTADO: ANÁLISE DE REFORMAS INSTITUCIONAIS E DESAFIOS EM MOÇAMBIQUE

Corporate governance in state-owned enterprises: analysis of institutional reforms and challenges in Mozambique

Gobierno corporativo en las empresas estatales: análisis de las reformas institucionales y los retos en Mozambique

Valentim Macuácu¹ & Damião Cardoso²

¹Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique / Escola de Pós-graduação da Universidade São Tomás de Moçambique. valentim.macuacua@iscam.ac.mz

²Escola de Pós-graduação da Universidade São Tomás de Moçambique. cardoso.damiao@gmail.com

Autor para correspondência: miguelbungo1108@yahoo.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Macuácu, V. & Cardoso, D. (2025). Governança corporativa em empresas do estado: análise de reformas institucionais e desafios em Moçambique. *ALBA – ISFIC Research and Science Journal*, 2(7), pp. 265 – 282. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/10>.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as reformas institucionais realizadas em Moçambique, visando melhorar a governança corporativa de empresas do Estado, identificando os principais desafios prevaletentes. Para o efeito, recorreu-se à análise de material bibliográfico (artigos científicos) e de documentos (legislação) disponíveis, desde 1975, à actualidade. De acordo com as constatações, apesar das reformas implementadas após as reestruturações empresariais de 1991, as empresas do Estado em Moçambique ainda enfrentam desafios que denotam fragilidades nos mecanismos de governança corporativa.

Mostra-se necessária a harmonização de instrumentos que regem o funcionamento de empresas do Estado; a introdução de mecanismos que garantam a observância do mérito profissional na nomeação de membros de conselho de administração; a implementação de reformas institucionais em pacotes (não em partes) e, pragmatismo e celeridade na implementação de reformas.

Palavras-chave: Governança corporativa; Empresas do Estado; Reformas, Moçambique

ABSTRACT

This article aims to analyze the institutional reforms carried out in

Mozambique, aiming to improve the corporate governance of state companies, identifying the main prevailing challenges. To this end, we analyzed bibliographic material (scientific articles) and documents (legislation) available, from 1975 to the present. According to the findings, despite innovative reforms following the 1991 business restructuring, state companies in Mozambique still face challenges that denote weaknesses in corporate governance mechanisms. It is necessary to harmonize instruments that govern the functioning of State companies; the introduction of mechanisms that guarantee the observance of professional merit in the appointment of members of the board of directors; the implementation of institutional reforms in packages (not in parts) and, pragmatism and speed in implementing reforms.

Palavras-chave: Corporate governance; State companies; Reforms, Mozambique

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar las reformas institucionales llevadas a cabo en Mozambique con el fin de mejorar la gobernanza corporativa de las empresas estatales, identificando los principales retos que aún persisten. Para ello, se ha analizado el material bibliográfico (artículos científicos) y los documentos (legislación) disponibles desde 1975 hasta la actualidad. Según los resultados, a pesar de las innovadoras reformas tras la reestructuración empresarial de 1991, las empresas estatales de Mozambique siguen enfrentándose a retos que denotan

debilidades en los mecanismos de gobernanza corporativa. Es necesario armonizar los instrumentos que rigen el funcionamiento de las empresas estatales; introducir mecanismos que garanticen la observancia del mérito profesional en el nombramiento de los miembros del consejo de administración; aplicar las reformas institucionales en paquetes (no por partes) y actuar con pragmatismo y rapidez en la aplicación de las reformas.

Palabras clave: Gobierno corporativo; Empresas estatales; Reformas, Mozambique

1. INTRODUÇÃO

As empresas do Estado desempenham um papel económico e social de destaque em qualquer país. Infelizmente, ao longo dos anos foi se assistindo a deterioração do seu desempenho financeiro e conseqüentemente o seu fracasso em muitos países africanos (MISHECK MUTIZE, 2020; TERENCE, 2014). Moçambique faz parte dos países africanos cujo setor empresarial do Estado está em colapso desde os anos 80 e, estudos apontam a governança corporativa como a principal causa (WANE, 2013; AMOAKO & GOH, 2015; MTHOMBENI, OBERT, JUET, BRONSON, & SYDNEY, 2023). Das 600 empresas estatais contabilizadas no auge das nacionalizações em Moçambique (Hanlon, 1984), e atualmente o país conta com apenas 30 empresas do Estado, dentre elas as públicas (18) e as maioritariamente participadas pelo Estado (12).

A importância económica e social de empresas do Estado é destacada em



muitos estudos, sobretudo por proporcionar serviços vitais para uma economia, como água, eletricidade, saúde, saneamento, telecomunicações e transporte. A OECD, (2014) destaca ainda, que a competitividade do setor privado depende também e em grande medida dos serviços e infraestruturas fornecidos por empresas do Estado. O Setor Empresarial do Estado (SEE) moçambicano representa um elevado risco potencial para finanças públicas entre países africanos, com endividamento de cerca de 35% do PIB, deixando apenas a Gâmbia. As fraquezas institucionais são apontadas como agravantes destes riscos, resultantes da má governança e ausência de cultura de responsabilização (WORLD BANK, 2023). Estes desafios exigem dos governos e nações, a adoção de novos mecanismos ou reformas na governança corporativa (OECD, 2023). No entanto, mais do que implementar ou sugerir reformas na governança de empresas do Estado, é sempre importante entender, (i) o percurso histórico do país em termos de reformas e eventuais constrangimentos; (ii) mudanças reais que os mecanismos de governança corporativa geram ou podem gerar na eficácia da gestão e controlo de empresas do Estado, tendo em atenção a experiência de outros países da região e do mundo e (iii) os (possíveis) fatores que podem reduzir os efeitos positivos das mudanças introduzidas com as reformas.

Este artigo tem como objetivo analisar, com base nos documentos normativos e literatura disponíveis, as reformas institucionais no âmbito de governança

de empresas do Estado, implementadas em Moçambique, desde a proclamação da independência à atualidade, identificando os principais desafios prevaletentes. A pesquisa sustenta-se em três argumentos, nomeadamente, (i) elevado número de empresas do Estado falidas em Moçambique desde o período das nacionalizações à atualidade; (ii) aparente falha do modelo de negócio da maioria das empresas do Estado em Moçambique, representando atualmente encargo para as contas do Estado (iii) existência de recomendações de reformas de natureza jurídico – institucional de várias instituições e fóruns internacionais, como Banco Mundial, FMI, OECD, para a melhoria de mecanismos de governança corporativa em empresas do Estado, visando melhorar o seu desempenho e competitividade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.0 conceito da governança corporativa

Alguns autores, influenciados pelos Códigos de Governança Corporativa (CGC) tratam a governança corporativa como um conceito, explicam a sua importância, sem, no entanto, definir o seu significado. A definição mais famosa da governança corporativa, foi apresentada por Sir Adrian Cadbury em 1992, que refere que: “A governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas.” Esta definição sugere a existência de um conjunto articulado de mecanismos que garantem uma boa gestão e uma estrutura sólida para um controlo eficaz de empresas. Em empresas do Estado, a GC

deve estabelecer fronteiras formais para que o poder político não interfira na gestão e no controlo das mesmas.

Em 2005, o Fórum Global de Governança Corporativa organizado pelo Banco Mundial definiu a governança corporativa como um conjunto de mecanismos através dos quais as empresas operam quando a propriedade é separada da gestão (WORLD BANK, 2005). Nesta definição, entende-se que os mecanismos de governança corporativa, definem modelo de gestão e controlo empresarial e, orientam a conduta das pessoas enquanto parte das empresas, para o alcance dos objetivos organizacionais. A definição ressalta ainda, que para uma boa gestão empresarial será importante que as responsabilidades e direitos entre os investidores e gestores sejam nítidos.

Em qualquer que seja a definição, a GC deve assegurar que os valores fundamentais como a transparência, responsabilidade, justiça e responsabilidade sejam respeitados pelas empresas.

No atual contexto de incertezas decorrentes de riscos diversos, é imperioso que as empresas usem a GC para construir e sustentarem a confiança dos investidores, dos demais grupos de interesses e da sociedade em geral, através de estruturas de controlo eficazes.

2.2 Funções da governança corporativa

A governança corporativa foca-se em duas perspetivas funcionais, sendo, (i) o real comportamento da empresa e (ii)

quadro jurídico e institucional. A primeira, denota maior preocupação com o desempenho, eficiência e sustentabilidade empresariais, bem como o relacionamento entre investidores e demais grupos de interesse. O quadro jurídico e institucional compreende todo sistema legal vigente num país, que abrange o judicial, mercados financeiros e mercado de trabalho (WORLD BANK, 2005). Nesta visão, o quadro jurídico e institucional, não se circunscreve às normas internas de funcionamento das empresas, pois os Estatutos e regulamentos internos das empresas não são suficientes para dar suporte de gestão e controlo, necessários. Melhorias no sistema de governança corporativa vão requerer comprometimento de governos e outras instituições relevantes no circuito económico do país. Reconhecendo esse facto, a OCDE, (2018) defende ser crucial que se garanta que as empresas operem em um ambiente regulamentado para manter um ambiente aberto do comércio e de investimento que sustente o crescimento e desenvolvimento económicos.

A literatura sugere que as funções da governança corporativa não são constantes. Mudanças na dinâmica dos mercados e da economia em geral, pressionam constantemente mudanças no papel da governança corporativa nas organizações, sobretudo em relação à forma como as necessidades dos grupos de interesse são identificadas e geridas. As mudanças climáticas, incertezas geopolíticas e económicas e, a revolução tecnológica, são fatores da atualidade que têm vindo a pressionar mudanças no



papel da governança corporativa em empresas de todas as dimensões. Por isso, atualmente as funções de governança corporativa incluem entre outras, a gestão de riscos, planejamento estratégico e gestão de talentos (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2018).

2.3 Empresas do Estado

Muitos pesquisadores consideram empresas do Estado, aquelas criadas e total ou parcialmente de detidas e controladas pelo Estado (ou governo). A OECD, (2018) define empresa do Estado como pessoa jurídica de natureza empresarial sobre a qual, o Estado exerça o controle da maioria das ações com direito a voto (propriedade). Nesta visão, inclui-se corporações, sociedades de responsabilidade limitada e parcerias limitadas por ações. Para muitos governos, a criação de empresas do Estado, tem como principal objetivo resolver as falhas do mercado e satisfazer necessidades económicas e sociais do povo.

Na maioria das economias industrializadas as empresas privadas são os principais atores, no entanto, noutros países, incluindo economias emergentes, as empresas públicas constituem uma parte significativa do PIB, contribuindo para a criação de emprego e capitalização bolsista. Mesmo em países com menor expressão nas economias, as empresas do Estado tendem a ocupar posição de destaque nos sectores de serviços públicos e infraestrutura, como energia, transporte, telecomunicações e em alguns casos, hidrocarbonetos.

As empresas do Estado apresentam características intrínsecas que as distinguem das privadas. Estas características conduzem a resultados agregados melhores ou piores dependendo da forma como elas interagem com as imperfeições do mercado e as falhas institucionais da economia em geral e do país em particular.

Diante das transformações económicas, tecnológicas e ambientais, as empresas do Estado em todo o mundo são pressionadas para (i) aumentar a sua competitividade como forma de impulsionar a economia como um todo, particularmente em nações onde desempenham um papel dominante; (ii) aumentar sua eficiência operacional e económica na entrega de infraestruturas essenciais, serviços financeiros e outros serviços para empresas e consumidores; (iii) reduzir os seus riscos e encargos fiscais e (iv) demonstrar melhor transparência e responsabilidade no uso de recursos escassos fundos públicos (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2018).

2.4 Importância de empresas do Estado

A importância das empresas do Estado mede-se pela sua contribuição económica e no bem-estar social. Elas proporcionam serviços vitais para uma economia, como água, eletricidade, saúde, saneamento, telecomunicações e transporte (OECD, 2014). O setor privado, que em quase todo o mundo lidera o mercado, também depende fortemente dos serviços e infraestruturas fornecidos por estas empresas. No entanto, a sua contribuição de empresas

de Estado na economia varia de país para país. Por exemplo, em muitas economias emergentes e em vias de desenvolvimento, as empresas do Estado representam uma parte substancial do PIB, do emprego e da capitalização de mercado. E, a nível global, as empresas do Estado produzem receitas equivalentes a 17 % do produto interno bruto (PIB) (WORLD BANK, 2023), e respondem por 20% do investimento, 5% do emprego (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2018).

Na região austral de África, embora o peso do Estado na actividade económica varie de país para país, em certas economias como Moçambique, que transitaram de um modelo económico socialista, as empresas do Estado chegam a ter um peso de 30% no PIB (BALBUENA, 2014). Mesmo em países com menor expressão económica, as empresas do Estado tendem a ocupar uma posição de destaque nos sectores de serviços públicos e infraestruturas, como energia, transporte, telecomunicações e em alguns casos, hidrocarbonetos.

O desempenho das empresas do Estado reflete-se amplamente em todos os segmentos da economia, com destaque na vida cotidiana dos cidadãos. Daí que a OECD, (2023b p.6) enfatiza que "a boa governança de empresas do Estado é fundamental para garantir a sua contribuição positiva para a eficiência económica e a competitividade...". As boas práticas de governança corporativa permitem que as empresas do Estado sejam geridas de forma eficiente, promovendo a sua competitividade e melhorando o seu desempenho.

2.5 O contexto e necessidades de reformas institucionais no âmbito da Governança Corporativa

As funções da governança corporativa nas organizações tendem a mudar com a dinâmica dos mercados e da economia em geral, sobretudo em relação à forma como as necessidades dos grupos de interesse são identificadas e geridas. Qualquer melhoria de mecanismos de governança corporativa requer uma boa compreensão, da estrutura empresarial e do contexto jurídico e institucional do país em que a empresa está inserida. De acordo com *OECD Corporate Governance Factbook 2023*, (2023) a implementação bem-sucedida dos Princípios do G20/OCDE, exige um quadro jurídico e institucional de qualidade. É igualmente recomendável que se estabeleça mecanismos de supervisão e aplicação eficaz dos princípios, de modo a garantir confiança nos participantes no mercado.

Muitas pesquisas apontam os Princípios de Governança Corporativa (PGC) e Diretrizes de Governança Corporativa para Empresas do Estado (DGCEE), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como impulsionadores de reformas jurídico-institucionais em vários países. Os PGC orientam aos formuladores de políticas (governos) a avaliar e melhorar o quadro legal, regulamentar e institucional da governança corporativa, com vista a apoiar a confiança e a integridade do mercado, a eficiência económica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira de empresas. As DGCEE são recomendações aos governos sobre como podem garantir

que as empresas do Estado operem de forma eficiente, transparente e responsável. Elas orientam sobre como os governos devem exercer a função de proprietário, para garantir a confiança entre as partes interessadas e evitar a intervenção excessiva do Estado. As Diretrizes sugerem modelos de gestão que permitem que as empresas do Estado possam ser tão responsáveis perante o público em geral como empresas privadas são perante seus acionistas. (OECD, 2023b; OECD CORPORATE GOVERNANCE FACTBOOK 2023, 2023).

Considerando o contexto da crise financeira global, de crescimento económico lento em muitos países e de desafios cada vez crescentes para se manter o bom funcionamento de empresas do Estado, a divulgação das PGC (1999, 2005, 2015 e 2023) e das DGC (2015) mostra-se oportuna. Como resultado, muitos países introduziram reformas jurídico-institucionais, adotando práticas de padrões internacionais.

2.6 Experiências de reformas institucionais no âmbito de governança corporativa no mundo

Países como, Colômbia, Egípto, Sérvia e Sri Lanka, implementaram reformas na governança em empresas do Estado com apoio do IFC e Banco Mundial. Na sequência, a Austrália, Dinamarca, os Países Baixos, a Nova Zelândia e a Noruega passaram a proibir funcionários públicos (incluindo os políticos) de fazerem parte dos conselhos de administração das empresas públicas. A medida visa evitar a intervenção política na gestão e no uso inadequado dos

recursos das empresas. Uma minoria de países europeias, como a Austrália, a Alemanha, a Nova Zelândia, a Noruega e a Suécia, autorizam explicitamente os conselhos de administração de empresas públicas a nomear o PCA (WONG, 2018).

O Banco Mundial cita Finlândia, Hungria e Filipinas, igualmente como exemplos a considerar no campo de reformas. Em 2007, a Finlândia aprovou a Lei sobre a Gestão do Capital do Estado, revogando a antiga de 1991. A nova lei separa a função de propriedade do Estado das suas funções reguladoras, clarifica as autoridades de tomada de decisão e estabelece padrões legais sobre governança corporativa e gestão de participações estatais. No mesmo ano (2007), a Hungria aprovou a Lei dos Ativos do Estado que especifica os direitos do Estado como proprietário, a gestão e utilização dos ativos do Estado e a estrutura e condições para a consolidação das organizações que gerem ativos do Estado.

Nas Filipinas, durante anos a monitoria e coordenação das atividades de empresas do Estado mudavam ciclicamente com as mudanças do governo. Como resultado, em 2009, as despesas totais das empresas detidas e controladas pelo governo atingiram o equivalente a 28% das despesas totais do governo. Em resposta, o governo aprovou em 2010, a Lei de Controlo da Governança Corporativa na Propriedade do Estado. A lei visava garantir reformas de longo prazo no sector corporativo público. A mesma norma, cria um órgão central e permanente de supervisão denominado Comissão de Governança de empresas do Estado. Trata-se de um órgão com

autorização legal para formular, implementar e coordenar as políticas do SEE do país, bem como definir o modelo de reestruturação de empresas do Estado improdutivos (WORLD BANK, 2014). Como resultado da reforma, Gulla, (2021), usando dados de 2014 a 2018, constatou que a governança corporativa em empresas estatais gerou um efeito significativo na rentabilidade.

2.7 Alguns desafios de governança corporativa em empresas do Estado no mundo

Apesar das reformas institucionais, em muitos países, sobretudo de África, as empresas do Estado continuam mergulhadas numa profunda crise (MBELE, 2015) e ainda com enormes desafios de governança (JENFAN & LUSABA, 2022). Em comparação com empresas do sector privado, as empresas do Estado enfrentam desafios específicos que afetam diretamente o seu desempenho, decorrentes de diversas fontes, nomeadamente, metas e objetivos múltiplos e muitas vezes concorrentes; conselhos de administração politizados; baixos níveis de transparência e responsabilidade e fraca proteção dos acionistas minoritários (World BANK, 2014). Por outro lado, constata-se ainda, uma legislação fragmentada e deficitária; a falta da definição clara das linhas entre gestão e propriedade; fraca cultura de monitoria do desempenho do conselho; priorização pouco clara da agenda de política social e financiamento inadequado para apoiar programas de política social, como infraestruturas (MBELE, 2015; JENFAN & LUSABA, 2022).

Na África do Sul, as empresas do Estado são reguladas, tanto pela Lei das sociedades de 2008, como pela Lei de gestão de finanças públicas. São dois conjuntos normativos que em termos de orientação não estão totalmente alinhados (TERENCE, (2014). Em Paquistão, Naveed, Salman, Jabeen, Zafar, & Jadoon, (2018) constataram que as empresas estatais são criadas sob três grandes categorias de instrumentos normativos, desde leis públicas, leis privadas e instrumentos especiais de gabinete ou governo. Em ambientes em que a regulamentação é difusa ou incipiente, o sistema de governança corporativa fica fragilizado e abre-se espaço para uma gestão pouco fiável. A pesquisa realizada por Misheck Mutize, (2020) em Zimbabwe, Quénia, África do Sul e Etiópia, aponta como principal desafio, a ausência de novas estratégias para implementação de sistema de governança corporativa capaz de tirar empresas do Estado da crise.

O modelo de nomeação dos membros dos conselhos de administração é igualmente questionado com muita frequência. Em muitos países africanos, por lei, a nomeação dos membros do conselho de administração em empresas do Estado é da responsabilidade do governo. Para Terence, (2014), este modelo, sem outros procedimentos muito técnicos para complementar, abre espaço para influências políticas, contribuindo para que os conselhos de administração sejam ineficientes, pouco qualificados e conflituosos. O relatório do Banco Mundial que inclui dados de Moçambique, enfatiza que, os administradores de empresas do Estado,



na maioria das vezes são funcionários do Estado sem experiência na gestão de empresas e nomeados não com base em conhecimentos técnicos e financeiros (WORLD BANK, 2014). O modelo de nomeação dos administradores de empresas do Estado é igualmente criticado em Portugal. De acordo com Vicente, (2020), este modelo não explicita critérios profissionais e consequentemente, os conselhos de administração são pesados e com múltiplos problemas para o funcionamento eficiente das empresas.

2.8 Reformas institucionais em Moçambique

Em Moçambique, o surgimento de empresas do Estado, está associado ao processo político-ideológico. Por isso no que concerne à governança de empresas do Estado, há que considerar algumas experiências que marcaram trajetória política, económica e social do país, após independência de 1975, resumidas em dois distintos períodos, a saber, (i) nacionalizações; e (ii) transição do sistema centralmente planificado para economia do mercado, este último que o país vive até à atualidade. Cada período foi marcado por implementação de políticas, leis e estratégias de funcionamento empresarial, completamente opostos, resultantes de uma forte interferência de fatores internas e externas (MUCHANGA, 2003).

a) Nacionalizações

Após a proclamação da independência do país, a FRELIMO divulgou as linhas programáticas a nível socioeconómico, tendentes a garantir a paz social e progresso. Para o efeito, através do

Decreto-lei 16/75, de 13 de Fevereiro, decidiu intervir no processo de gestão empresarial, nacionalizando a maioria das empresas coloniais. A intervenção visava evitar a paralisação de atividades produtivas e, conseqüente queda de produção e aumento de desemprego. As empresas intervencionadas foram transformadas ou integradas em estatais, e com exclusividade em determinados ramos económicos, conforme o Decreto-lei nº 3/77, de 31 de Janeiro. Como propriedade do Estado, as empresas intervencionadas e outras criadas originariamente (como estatais), tinham autonomia administrativa, financeira e patrimonial, isentas de Impostos sobre o Rendimento, no entanto obrigadas a entregar ao tesouro público uma percentagem dos seus resultados líquidos, à luz do Diploma Ministerial nº 74/83, de 21 de Setembro, e as respetivas contas não sujeitas ao controlo do Tribunal Administrativo (Secção de Contas) (MACUÁCUA, 2023). Segundo Hanlon, (1984), até 1982, cerca de 73% de empresas moçambicanas já eram estatais; e 27% das empresas continuavam privadas. No apogeu do período de intervenção e nacionalização, o sector estatal contava com cerca de 600 empresas, muitas das quais criadas a partir da fusão de diversas antigas empresas coloniais PITCHER, (2003). Na sequência, o Estado controlava a maior parte dos sectores estratégicos da economia, gerindo desde as grandes, a pequenas empresas no país. Através do Decreto-lei nº 17/77, de 28 de Abril, o governo definiu pela primeira vez as normas e princípios de organização, funcionamento e gestão das empresas estatais e o respetivo estatuto-tipo e em

1981, aprovou a Lei nº 2/81, de 30 de setembro que regulava a organização e funcionamento das empresas estatais.

b) Transição para o Sistema de Economia do Mercado

Apesar dos investimentos realizados, as empresas estatais e a economia moçambicana declinaram, a oferta de bens e serviços essenciais reduziu drasticamente. O país viveu uma crise que se estendeu até aos meados da década 80. Na tentativa de reverter o cenário, o governo pediu assistência das instituições da Bretton Woods, que culminou com a adesão do país em 1987. Uma das condições para ajuda, foi a reestruturação económica baseada na mudança do sistema económico, privatizando empresas estatais ou intervencionadas, outrora nacionalizadas, por um lado, e por outro adotando medidas tendentes a favorecer o investimento privado como forma de fortalecer a economia e reduzir a pressão sobre o orçamento por parte de empresas públicas financeiramente insolventes (AFDB, 2005). Em 1991, através da lei 15/91, de 3 de Agosto, o governo definiu princípios, critérios as modalidades e procedimentos a adotar no processo de privatização de empresas estatais. Em 1991, o governo cria empresas públicas através da Lei nº 17/91, de 3 de agosto. Esta lei estabelece que as empresas públicas são criadas pelo Estado, com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas, realizavam as suas atividades no quadro dos objetivos sócio económicos do mesmo.

2.9 A governança no Sector Empresarial do Estado (SEE) após a reestruturação de 1991

A reestruturação do sector empresarial do Estado não foi uma solução completa para a eficiência operacional das empresas de propriedade do Estado. Era necessária uma ação coordenada para melhor controlo e análise das participações do Estado nas diversas empresas. E, para o efeito, em 1997, foi criado o Gabinete de Gestão das Participações do Estado (GAGEPE) para quem foi confiada a gestão das participações do Estado. Na sua atuação, esta entidade enfrentou limitações na resolução de certas questões e problemas nas diferentes participadas pelo Estado. Reconhecendo a complexidade conjuntural, a urgência de garantir sustentabilidade e melhor desempenho de empresas do Estado, em 2001 o governo aprovou a política de propriedade, que estabelece o papel do Estado como acionista. Em 2009, o governo criou o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE). Na sequência, o IGEPE elaborou a Guia de Melhores Práticas de Governança Corporativa em empresas do Estado. O documento inclui recomendações de governança que abrangem oito áreas principais, que incluem os direitos do Estado como acionista, assembleias gerais e o tratamento dos acionistas minoritários, estruturas de gestão e supervisão do conselho, comissões especiais; auditoria, relacionamento com *stakeholders* e outras práticas da empresa relacionadas ao funcionamento da empresa.

Em 2012, para dar espaço de atuação ao IGEPE e melhorar o relacionamento entre empresas públicas e o governo, foi aprovada a Lei n.º 6/2012, de 8 de fevereiro, que revoga a Lei 17/91, de 3 de agosto. O novo dispositivo, redefine, o modelo de gestão e de controlo de empresas públicas. E, considerando, os desafios prevaletentes na governança de empresas do Estado, através da Lei 3/2018, de 19 de junho, o governo cria o Sector Empresarial do Estado (SEE). Neste, juntam-se todas unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e empresas exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado. À luz da mesma Lei, as participações do Estado na atividade empresarial são geridas pelo IGEPE.

2.10 Desafios de governança corporativa em empresas moçambicanas do Estado

O sector empresarial do Estado apresenta características específicas tendo em conta os objetivos que persegue e o perfil de cada país. Em Moçambique, as conclusões do estudo realizado em 2013 por Maria Iolanda Wane, sugerem a existência de aspetos no campo de governança corporativa em empresas do Estado que ainda carecem de estudo mais detalhado. De acordo com a autora, as práticas de governança corporativas encontram-se ainda num estado embrionário e com uma evolução lenta, devido à forma como seu proprietário (Estado) exerce o seu papel de proprietário que propicia condutas irregulares (Wane, 2013). Por outro lado, a autora revela que em empresas do

Estado, a melhoria da eficiência operacional das empresas é colocada em segundo plano em detrimento de políticas públicas definidas pelo governo. A ineficiência operacional é ainda levantada pelo Banco Mundial (2023), onde muitas empresas do SEE apresentam um elevado risco fiscal. Os conselhos de administração são ainda muito questionados, relacionando-se a sua prestação ao modelo usado para a sua nomeação. O world Bank, (2014), refere que em muitos países africanos, incluindo Moçambique, os membros de conselhos de administração são funcionários públicos sem requisitos técnicos profissionais comprovados.

Além do país se encontrar numa fase inicial na implementação de governança corporativa, o modelo de governança adotado em empresas do Estado não se encontra alinhado com as tendências globais; os instrumentos normativos e de gestão, em particular sobre a planificação e distribuição de recursos não estavam harmonizados; inexistência ou fragilidade na aplicação de códigos de Conduta nas empresas do Estado para escândalos financeiros envolvendo altos dirigentes nas empresas (WANE, 2013).

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, quanto aos objetivos; básica e qualitativa, quanto à natureza e abordagem do problema, respetivamente. Ela fornece bases teóricas para fomentar debate científico sobre a temática de governança corporativa em empresas dos Estado, ainda pouco explorado em Moçambique. Através de uma análise de material

bibliográfico pré-existente e documentos normativos, procurou-se identificar as principais reformas institucionais no âmbito da governança corporativa em empresas do Estado, implementadas em Moçambique.

Para a análise das reformas de governança corporativa implementadas em Moçambique, foram identificadas normas do Governo que aprovaram matérias relevantes no campo de funcionamento e controlo de empresas do Estado, desde a proclamação da independência à atualidade.

O mapeamento dos principais desafios, foi feito considerando evidências a partir de alguns países, como Filipinas (Gulla, 2021), Paquistão (Naveed, et al, 2018); África do Sul (Mbele, 2015; Terence, 2014), Zimbábwe (Mthombeni et al., 2023, Jenfan & Lusaba, 2022); Portugal (Vicente, 2020) e Moçambique (Wane, 2013), sobre reformas implementadas nos sistemas de governança corporativa de empresas do Estado, incluindo o seu estágio atual. Para sugerir estratégias de melhorias no sistema de governança corporativa em Moçambique, foram consultados documentos de instituições internacionais, como as Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa para Empresas do Estado (2015), As Diretrizes da OCDE sobre a Governança das Empresas Estatais para a África Austral (2014); os Princípios de Governança corporativa da OCDE/G20 (2023); as Recomendações do Conselho da OCDE sobre Diretrizes da Governança de Propriedade Estatal (2023) e o Relatório do Banco Mundial "The Business Of State" (2023). Os desafios identificados, foram discutidos

no quadro da literatura disponível, tendo-se formulado reflexões e proposto estratégias para melhoria da gestão e controlo de empresas do Estado no país.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não há dúvidas que após a independência a esta parte, o país teve um percurso caracterizado por reformas institucionais estruturalmente profundas e determinantes para a organização e funcionamento de empresas do Estado. As linhas programáticas adotadas pelo governo no pós-independência, abriram espaço para a criação de empresas de propriedade do Estado. Através do Decreto-lei 16/75, de 13 de fevereiro, o governo criou, dentre outras, medidas de intervenção no processo de gestão empresarial e na sequência, foram criadas empresas estatais. No início não havia clareza nos mecanismos de governança, sobretudo em termos de modelo de gestão e controlo das recém-criadas empresas estatais e tantas outras intervencionadas. Através do Decreto-lei nº 17/77, foram instituídas as normas e princípios de organização, funcionamento e gestão das empresas estatais, e definido o respetivo estatuto-tipo e só em 1981, foi aprovada a Lei nº 2/81, de 30 de setembro que regulava a organização e funcionamento das empresas estatais.

Apesar da aprovação destes instrumentos, havia mais pragmatismo para nacionalizar ou reverter o património de empresas dos colonos a favor do Estado, do que com mecanismos de controlo efetivo para garantir a eficiência operacional e



continuidade daquelas empresas. Por exemplo, os Despachos do então Secretário do Estado para Indústria Ligeira e Energia, de 28 de agosto de 1985, decretavam a reversão do património à favor do Estado e responsabilizavam a gestão, o controlo e tomadas de decisões estruturantes sobre o negócio exclusivamente ao novo dirigente (moçambicano). Deste modo, para além da inexperiência dos gestores e guerra civil, apontados em muitos estudos, este cenário foi determinante para uma gestão irresponsável e consequentemente para a deterioração do desempenho das empresas do Estado. Através da lei 15/91, de 3 de agosto, o governo estabeleceu bases para a reestruturação, transformação e redimensionamento do sector empresarial do Estado. A reestruturação desencadeada no âmbito desta lei, não foi uma solução completa para a ineficiência das empresas de propriedade do Estado, pois persistiram fragilidades no que refere ao sistema de gestão e controlo.

Na dimensão controlo, só em 2009 o Estado reconheceu as próprias fragilidades no controlo e na gestão do SEE, e criou o IGEPE. Foi um importante passo visando melhorar o controlo das empresas do Estado. A existência desta instituição forçou à aprovação da Lei n.º 6/2012, de 8 de Fevereiro, que redefine o modelo de gestão e controlo de empresas públicas, dando mais espaço de atuação à entidade gestora. Para um melhor controlo das empresas do Estado, em 2018, o governo juntou todas unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e

geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e, empresas exclusivas e maioritariamente participadas pelo Estado, para constituir o Sector Empresarial do Estado, sob gestão do IGEPE.

Mesmo diante destes avanços nas reformas, em termos de governança corporativa em empresas do Estado, é importante apontar alguns desafios prevaletentes, como nomeadamente: (i) o modelo de nomeação dos membros de conselho de administração (ii) regulamentação fragmentada e (iii) inércia e implementação parcial de reformas. São desafios que, conforme Misheck Mutize, (2020) decorrem da ausência de (novas) estratégias de implementação do sistema de governança corporativa capaz de tirar empresas do Estado da crise.

- (i) Modelo de nomeação dos membros de conselho de administração

Em Moçambique, de acordo com a Lei n.º 6/2012, de 8 de fevereiro, os membros do conselho de administração são nomeados pelo governo. Apesar de estar escrita a observância de requisitos técnicos, perante ineficiência operacional, contínua deterioração do desempenho de empresas do Estado e tendência crescente do risco fiscal, as dúvidas sobre capacidades técnicas dos administradores tendem a aumentar. De acordo com Terence, (2014), modelos de nomeação de membros de conselho de administração pelo governo, sem outros procedimentos técnicos e objetivos para complementar a avaliação de capacidades técnicas, abrem espaço para interferências políticas. Este autor entende que, o modelo contribui para que

os conselhos de administração sejam ineficientes, pouco qualificados e conflituosos. O relatório do Banco Mundial, fazendo referência, dentre outras à realidade moçambicana, enfatiza que, os administradores das empresas do Estado nomeados pelos governos, são funcionários do Estado sem experiência na gestão de empresas e nem conhecimentos técnicos e financeiros comprovados (World Bank, 2014). É por isso, mostra-se necessário que se crie procedimentos que complementem o atual modelo de nomeação dos membros de conselhos de administração, por forma a que se consiga criar conselhos de administração (tecnicamente) capazes de gerir e rentabilizar os recursos investidos pelo Estado. Isso significa, conforme refere Vicente, (2020) introduzir-se um código de boas práticas no próprio processo de nomeação de gestores de empresas do Estado.

(ii) Regulamentação fragmentada

A existência de uma entidade com mandato para gerir, controlar e achando-se necessário, reestruturar o SEE, o IGEPE; a sujeição das empresas do SEE, às tutelas sectorial e financeira, e a outros instrumentos de gestão empresarial, pode fragilizar de uma forma geral os mecanismos de governança corporativa, afetando a qualidade de decisões tomadas ou abrindo espaço para uma gestão oportunista. Nestes ambientes o sistema de governança corporativa fica fragilizado, criando condições para a prevaricação. De acordo com Wane, (2013), cita o caso “Aeroportos de Moçambique”, de 2010 como exemplo

de má conduta na gestão de empresas públicas moçambicanas, que contribuiu para o aumento da deterioração da confiança dos moçambicanos para com os governantes e gestores públicos. Outro exemplo, é o recente escândalo da LAM, relacionado com esquemas fraudulentos de desvio de dinheiro na empresa e aquisição de casas próprias pelos fundos da empresa, denunciada pela Fly Modern Ark. Em Moçambique, a constatação de uma legislação fragmentada e deficitária, foi igualmente constatada em 2014 pelo Banco Mundial. No âmbito de gestão e controlo, a fragmentação de instrumentos normativos, pode criar, para as empresas, tutelas e para o IGEPE, atrasar o processo de tomada de decisões estratégicas e vitais para SEE. Quadros normativos avulsos são identificados em outras pesquisas, como por exemplo, na África do Sul (TERENCE, 2014); Gana (AMOAKO; GOH, 2015); Zimbabwe (ISHECK MUTIZE, 2020); Etiópia e Zimbábwe (JENFAN & LUSABA, 2022) e Paquistão (NAVEED, SALMAN, JABEEN, ZAFAR, & JADOON, 2018).

(iii) Inércia e implementação parcial de reformas institucionais

Após reestruturações de 1991, depois da criação de empresas públicas, o governo precisou de 18 anos para entender a necessidade de existência de uma entidade exclusivamente dedicada à gestão do SEE. Criado o IGEPE, em 2009, o governo só aprovou a nova Lei de empresas Públicas em 2012, redefinindo o modelo de gestão e criando espaço para a atuação da entidade

gestora das participações do Estado, criada em 2009. Ainda em 2009 o IGEPE elaborou a Guia de Melhores Práticas de Governança Corporativa em empresas do Estado, um documento que inclui recomendações de governança que abrangem oito áreas principais, que incluem os direitos do Estado como acionista, assembleias gerais e o tratamento dos acionistas minoritários, estruturas de gestão e supervisão do conselho, comissões especiais; auditoria, relacionamento com *stakeholders* e outras práticas da empresa relacionadas ao funcionamento da empresa. Contudo, o governo só veio a rever a Lei de empresas públicas em 2012, e criar o SEE em 2018, com vista a melhorar o campo de atuação do IGEPE.

Percebe-se que ao longo deste tempo faltou pragmatismo nas decisões sobre reformas no âmbito da governança de empresas do Estado e as reformas foram sendo implementadas em partes. Daí que, não foram notáveis as melhorias alcançadas, sobretudo no desempenho de empresas do SEE, em cada uma das etapas de reformas. Ademais, durante o mesmo percurso, o SEE foi caracterizado pela deterioração no desempenho e falências. Amoako & Goh, (2015), afirma que reformas estabelecidas em partes, geralmente seus resultados são decepcionantes. É importante que as reformas no âmbito de governança corporativa em empresas moçambicanas do Estado, sejam pensadas e implementadas como um pacote e não em partes, conforme até então se constatou. E, conforme Admire, Juet, & Obert, (2021), após a introdução de reformas é necessário que se realize estudos sobre a eficácia das estratégias

implementadas no âmbito das reformas da governança corporativa adotadas pelas empresas do Estado. Estudos pós-reformas ajudam na identificação de eventuais pontos fracos e consequente redefinição de estratégias.

O país continua ignorando as recomendações de reformas emanadas OCDE, através das DGC (2015) e pela OCDE/G20, através dos PGC (2023). As melhorias e reformas propostas, visam manter as empresas do Estado sustentáveis e contribuintes para o crescimento económico dos países. E, com a crise que o país vive, manter o bom funcionamento de empresas do Estado deve ser um imperativo. Para a OECD, (2023b) é urgente que os países atualizem modelos de gestão de empresas do Estado, adotando práticas de padrões internacionais, que garantam a profissionalização do Estado como proprietário; gestão eficiente, transparência e responsabilização semelhantes às das boas práticas das empresas privadas

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança corporativa nas empresas do Estado começa a ganhar forma a partir de 1977 com a aprovação do decreto que define as normas e princípios de organização, funcionamento e gestão das empresas estatais, incluindo o seu estatuto-tipo. Para melhorar a gestão e controlo de empresas do Estado, em 1991 o governo cria um Gabinete de Gestão das Participações do Estado (GAGEPE) para quem confiou a gestão das participações do Estado. A partir desta etapa, o governo, através das tutelas monitorou a gestão de empresas do Estado. Outro passo significativo na

melhoria da governança corporativa em Moçambique, foi a criação de uma entidade do Estado para gerir as empresas de propriedade do Estado em 2009, o IGEPE e a elaboração por aquela, da Guia de Melhores Práticas de Governança Corporativa em empresas do Estado; a aprovação pelo governo, da nova Lei de empresas públicas em 2012 e a criação do Setor Empresarial do Estado em 2018.

Apesar destas reformas, prevalecem alguns desafios, como nomeadamente, (i) a melhoria do modelo de nomeação dos membros de conselho de administração (ii) harmonização de normas que regulam a gestão e o controle de empresas do Estado e (iii) inércia e implementação parcial de reformas. Estes desafios sugerem um repensar dos mecanismos de governança corporativa em empresas do Estado em Moçambique, bem como a possibilidade de implementação de novas estratégias de GC. Constatou-se ainda, indiferença de Moçambique perante recomendações de reformas regulamentares propostas pela OCDE no âmbito da revisão dos Princípios de Governança Corporativa (2015 e 2023), das Diretrizes de Governança Corporativa para Empresas do Estado (2015), das recomendações sobre Diretrizes Governança em Empresas de Propriedade Estatal (2023) e relatórios do Banco Mundial (2014 e 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMIRE, M.; JUET, N.; OBERT, S. Corporate governance reform strategies for State-Owned Enterprises (SOEs): An integrated review of literature. v. 1, p.

38–47, 2021.

AFDB. AFRICA IN THE WORLD ECONOMY PUBLIC SECTOR MANAGEMENT IN AFRICA. 2005.

AMOAKO, G. K.; GOH, M. K. Corporate Governance Practices of State-Owned Enterprises in Ghana: An Analysis. **IUP Journal of Corporate Governance**, v. 14, n. 2, 2015.

BALBUENA, S. S. **State-owned Enterprises in Southern Africa: A Stocktaking of Reforms and Challenges**. Paris: [s.n.].

BANK, W. Global Corporate Governance Forum. **Developing Corporate Governance Codes of Best Practice**, v. 1, p. 1–91, 2005.

BANK, W. Corporate Governance of State-Owned Enterprises. A Toolkit. 2014.

GULLA, N. J. D. The effect of corporate governance on profitability, liquidity, and leverage of government-owned and/or controlled corporations in the Philippines. 2021.

HANLON, J. **Mozambique: the revolution under fire**. [s.l.] Zed Books Ltd, 1984.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. Corporate Governance of Enterprises. p. 1–2, 2018. IOLANDA, M.; WANE, M. O PAPEL DA CORPORATE GOVERNANCE NO MOÇAMBIQUE - Lombada –. 2013.

JENFAN, M.; LUSABA, D. Z. An Assessment of Corporate Governance Practices of SOEs in Zimbabwe's ICT Sector. **African Journal of Development Studies (formerly AFFRIKA Journal of Politics, Economics and Society)**, v. 12, n. 3, p. 167–187, 1 set. 2022.

MACUÁCUA, E. DA G. O DESAMPARO LEGAL DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL NÃO PERTENCENTE AO. v. 9, n. 2023, p. 583–632, 2023.

MBELE, N. O. **CORPORATE GOVERNANCE IN STATE-OWNED ENTERPRISES**. [s.l.] UNIVERSITY OF THE WITWATERSRAND, JOHANNESBURG, 2015.

MISHECK MUTIZE, E. T. The Governance of State-Owned Enterprises in Africa: An Analysis of Selected Cases. v. 12, n. 2, p. 9–16, 2020.

MTHOMBENI, A. et al. Challenges and Prescriptions to Corporate Governance Issues Facing State-Owned Enterprises (SOEs): A Zimbabwean Perspective. **Indonesian Journal of Innovation and Applied Sciences (IJIAS)**, v. 3, n. 3, p. 252–263, 2023.

MUCHANGA, M. **Impacto da Transformação das Empresas Estatais em Públicas**, 2003.

NAVEED, S. et al. GOVERNANCE AND MANAGEMENT OF STATE-OWNED ENTERPRISES IN PAKISTAN. v. 56, n. 1, p. 47–66, 2018.

OCDE. **Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais**. Paris: [s.n.].

OECD. **STATE-OWNED ENTERPRISES FOR SOUTHERN AFRICA**. [s.l.: s.n.].

OECD. **Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, Edição 2015**. [s.l.: s.n.].

OECD. Recommendation of the Council on Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises. 2023a.

OECD. G20/OECD Principles of Corporate Governance 2023. p. 53, 2023b.

OECD Corporate Governance Factbook 2023. [s.l.: s.n.].

PITCHER, M. A. **Transforming Mozambique: the politics of privatization, 1975–2000**. [s.l.] Cambridge University Press, 2002. v. 104

PITCHER, M. A. Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. **Análise Social**, v. 38, n. 168, p. 793–820, 2003.

TERENCE, C. Corporate Governance in Africa's State-owned Enterprises: Perspectives on an Evolving System. set. 2014.

VICENTE, J. A. STATE- OWNED ENTERPRISES ' CORPORATE

Macuácuá, V. & Cardoso, D. (2025). Governança corporativa em empresas do estado: análise de reformas institucionais e desafios em Moçambique

GOVERNANCE : EVIDENCE FROM
A PORTUGUESE COMPANY. v. 18, n.
1, p. 127–137, 2020.

WONG, S. **The State of Governance at
State-Owned Enterprises**. New York:
[s.n.].

WORLD BANK, G. **The Business Of
the State**. Washington, DC: [s.n.].

31 - 05 | 2025

A CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR NÃO PETROLÍFERO NO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA, DE 1990 A 2021: UMA PROPOSTA PARA O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

The contribution of the non-oil sector to Angola's economic growth from 1990 to 2021: a proposal for the diversification of the national economy

La contribución del sector no petrolero al crecimiento económico de Angola, de 1990 a 2021: una propuesta para el proceso de diversificación de la economía nacional

Alberto Pindi Paulo João¹

¹Universidade Kimpa Vita, Angola, Albertopindi2018@gmail.com

Autor para correspondência: miguelbungo1108@yahoo.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Joao, A.P.P. (2025). A Contribuição Do Sector Não Petrolífero No Crescimento Económico De Angola, De 1990 A 2021: Uma Proposta Para O Processo De Diversificação Da Economia Nacional. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(7), pp. 283 - 300. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/10>.

RESUMO

Angola é um país fortemente dependente das receitas do sector petrolífero, o que torna a sua economia vulnerável às flutuações dos preços internacionais do petróleo. Diante desse panorama, a diversificação económica surge como uma estratégia essencial para promover um crescimento económico mais sustentável e resiliente. O presente estudo tem como objectivo analisar a contribuição do sector não petrolífero para o crescimento económico de Angola no período de 1990 a 2021, com vista a propor medidas concretas que visam acelerar o processo de

diversificação da economia nacional. Nesse contexto, a pesquisa realiza uma avaliação do desempenho dos sectores não petrolíferos da economia angolana, designadamente, agricultura, indústria transformadora, construção, comércio e transportes, a fim de compreender sua participação no produto interno bruto (PIB) e sua contribuição para a geração de emprego e renda ao longo do período analisado. Para o efeito, criou-se um modelo matemático teórico, cuja a análise empírica baseia-se em dados secundários provenientes da base de dados de Ivan Kushnir, disponíveis no seu website

www.ivanstat.com.ao e em www.tradingeconomic. Utiliza-se uma abordagem metodológica quantitativa, com a aplicação de técnicas estatísticas e econométricas para estimar a relação entre o crescimento económico e os sectores não petrolíferos. Os resultados da pesquisa evidenciam que, apesar de alguns avanços, a diversificação da economia angolana ainda é um desafio persistente, sendo certo que, o sector não petrolífero revela uma baixa participação no PIB quando comparada à participação do sector petrolífero, apesar de ter um efeito estrutural positivo no crescimento económico. Com base nessas evidências, a pesquisa propõe um conjunto de recomendações que visam contribuir para a diversificação da economia angolana. Essas medidas incluem entre outras, o fortalecimento dos sectores produtivos não relacionados ao petróleo, o investimento em infraestrutura e logística, a melhoria do ambiente de negócios, bem como o aperfeiçoamento da transparência na gestão dos recursos públicos.

Palavras-chaves: Angola, Crescimento Económico, Sector não Petrolífero, Diversificação Económica.

ABSTRACT

Angola is a country heavily dependent on revenue from the oil sector, which makes its economy vulnerable to fluctuations in international oil prices. Given this panorama, economic diversification emerges as an essential strategy to promote more sustainable and resilient economic growth. The present study aims to analyze the contribution of the non-oil sector to Angola's economic growth in the period from 1990 to 2021, with a view to proposing concrete measures that aim to accelerate the process of diversification of the national economy. In this context, the research carries out an assessment of the performance of the non-oil sectors of the

Angolan economy, namely agriculture, manufacturing industry, construction, commerce and transport, in order to understand their participation in the gross domestic product (GDP) and their contribution to the generation of employment and income throughout the analyzed period. For this purpose, a theoretical mathematical model was created, whose empirical analysis is based on secondary data from Ivan Kushnir's database, available on his website www.ivanstat.com.ao and www.tradingeconomic. A quantitative methodological approach is used, with the application of statistical and econometric techniques to estimate the relationship between economic growth and non-oil sectors. The research results show that, despite some advances, the diversification of the Angolan economy is still a persistent challenge, given that the non-oil sector reveals a low participation in GDP when compared to the participation of the oil sector, despite having an effect positive structural impact on economic growth. Based on this evidence, the research proposes a set of recommendations that aim to contribute to the diversification of the Angolan economy. These measures include, among others, strengthening non-oil productive sectors, investing in infrastructure and logistics, improving the business environment, as well as improving transparency in the management of public resources.

Keywords: Angola, Economic Growth, Non-Oil Sector, Economic Diversification.

RESUMEN

Angola es un país muy dependiente de los ingresos del sector petrolero, lo que hace que su economía sea vulnerable a las fluctuaciones de los precios internacionales del petróleo. Ante este panorama, la diversificación económica se presenta como una estrategia esencial para promover un crecimiento económico más sostenible y

resiliente. El presente estudio tiene como objetivo analizar la contribución del sector no petrolero al crecimiento económico de Angola en el período comprendido entre 1990 y 2021, con el fin de proponer medidas concretas destinadas a acelerar el proceso de diversificación de la economía nacional. En este contexto, la investigación realiza una evaluación del rendimiento de los sectores no petroleros de la economía angoleña, concretamente la agricultura, la industria transformadora, la construcción, el comercio y los transportes, con el fin de comprender su participación en el producto interior bruto (PIB) y su contribución a la generación de empleo e ingresos a lo largo del período analizado. Para ello, se ha creado un modelo matemático teórico, cuyo análisis empírico se basa en datos secundarios procedentes de la base de datos de Ivan Kushnir, disponibles en su sitio web www.ivanstat.com.ao y en www.tradingeconomic.com. Se utiliza un enfoque metodológico cuantitativo, con la aplicación de técnicas estadísticas y econométricas para estimar la relación entre el crecimiento económico y los sectores no petroleros. Los resultados de la investigación ponen de manifiesto que, a pesar de algunos avances, la diversificación de la economía angoleña sigue siendo un reto persistente, ya que el sector no petrolero tiene una baja participación en el PIB en comparación con la participación del sector petrolero, a pesar de tener un efecto estructural positivo en el crecimiento económico. Sobre la base de estas pruebas, la investigación propone un conjunto de recomendaciones destinadas a contribuir a la diversificación de la economía angoleña. Estas medidas incluyen, entre otras, el fortalecimiento de los sectores productivos no relacionados con el petróleo, la inversión en infraestructura y logística, la mejora del entorno empresarial, así como la mejora de la transparencia en la gestión de los recursos públicos.

Palabras clave: Angola, crecimiento económico, sector no petrolero, diversificación económica.

1. Introdução

A economia de Angola tem sido fortemente dependente do sector petrolífero, que desempenha um papel dominante nas receitas de exportação e no crescimento económico do país. Diante dos desafios da volatilidade dos preços do petróleo e da necessidade de promover uma maior diversificação económica, a contribuição do sector não petrolífero torna-se cada vez mais relevante para impulsionar o crescimento sustentável e reduzir a vulnerabilidade da economia angolana do sector petrolífero, minimizando deste modo, o efeito da crise económica e financeira que vem afectando a economia de Angola desde o segundo semestre de 2014, resultante da queda brusca do preço de petróleo no mercado internacional.

De acordo com Nascimento (2017, p.7), a referida crise surge agravada por questões de ordem interna na dimensão conjuntural, isto é, a política financeira de natureza conjuntural, a política orçamental e a política monetária, e a dimensão estrutural, ligada ao desenvolvimento, ao crescimento e à redistribuição adequada da riqueza. Todavia, para reduzir a dependência da economia nacional do sector petrolífero, tornando-a menos vulnerável aos choques externos, é necessário que o Governo tome medidas vigorosas que possam revitalizar o sector não petrolífero da economia, a fim de fortalecer as fontes de geração de receitas disponíveis para a nação.

Nesta conformidade, a análise da contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola no período de 1990 a 2021, surge como um tema bastante relevante para o processo de diversificação da economia nacional. A compreensão do papel desempenhado por sectores como agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transportes é essencial para identificar oportunidades de desenvolvimento,

João, A.P.P. (2025). *A contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola, de 1990 a 2021: uma proposta para o processo de diversificação da economia nacional*

promover a criação de empregos e fortalecer a resiliência económica do país.

A presente pesquisa propõe uma análise abrangente e detalhada da evolução do sector não petrolífero em Angola ao longo das últimas décadas, com o foco na sua contribuição para o crescimento económico, na diversificação da base produtiva e na redução da dependência do petróleo. Por meio da identificação de oportunidades e desafios, busca-se fornecer uma proposta sólida tendente a impulsionar o processo de diversificação da economia nacional e promover um desenvolvimento económico mais equilibrado e sustentável para Angola.

Pelo que, esta pesquisa visa não apenas avaliar a contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola, mas também apresentar recomendações concretas para fortalecer a diversificação da economia nacional e construir uma base sólida para um futuro mais próspero e resiliente para o país, propondo um modelo matemático teórico que relaciona o crescimento económico, medido em termos do Produto Interno Bruto e o sector não petrolífero, designadamente, agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transportes, qual permitirá determinar a sensibilidade do Produto Interno Bruto, face ao sector não petrolífero.

Por outro lado, a relação entre o crescimento económico e o sector não petrolífero, tem recebido considerável atenção na literatura teórica e empírica, não apenas por causa de suas implicações para a política económica, mas sim porque o sector não petrolífero é um instrumento por excelência para a diversificação e a eficiência das actividades económicas de

qualquer país. É nesta ordem de ideias que nos propomos em abordar o presente tema.

2. Fundamentação Teórica

O principal objectivo desta secção é fazer uma abordagem teórica sobre conceitos relacionados ao tema, designadamente, o crescimento e desenvolvimento económico, referenciando a abordagem feita por diversos autores, bem como descrever algumas teorias e modelos de crescimento económico na visão de diversas escolas de pensamento económico, por fim, fazer uma abordagem sistematizada sobre a noção de diversificação da economia.

2.1- Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Económico

Para Bernard & Colli (1997, p.197), o crescimento económico constitui o objectivo final de todas as economias, qualquer que seja a sua natureza. A prioridade dada a este objectivo corresponde à dupla preocupação de fazer face ao aumento das necessidades individuais e colectivas (elevação do nível de vida) e de enfrentar nas melhores condições possíveis a concorrência internacional. Segundo Nunes (2007, p.412), por crescimento económico deve entender-se a expansão da capacidade de produção, realizada mediante investimentos constantes e adicionais ao capital nacional, que conjugados com o aumento de produção tornam possível assegurar um aumento real do rendimento, sem inflação e sem desemprego.

Para Nabais & Ferreira (2012, p.350), o crescimento económico representa a expressão do PIB potencial de um país e ocorre quando a “fronteira de possibilidades de produção”²¹ se desloca para a direita.

²¹ A fronteira de possibilidade de produção é um instrumento gráfico que visualiza os problemas da plena utilização dos recursos e das opções e

representa o total da produção máxima que pode ser obtido por uma economia, considerando um certo nível tecnológico e as quantidades de factores

Crescimento económico não significa desenvolvimento económico. Estes dois conceitos são, muitas vezes, usados como sinónimos, mas exprimem realidades diferentes. É frequente a confusão entre o crescimento e o simples aumento da produção e do nível de vida, medido pela evolução do PIB, que não é mais do que um seu indicador. O termo desenvolvimento é por isso frequentemente preferido para assinalar melhor que se trata de um processo de longo período, abrangendo o conjunto das estruturas económicas e sociais. (BERNARD; COLLI, 1997, p.218).

Para Neal & Cameron (2019, p.14), o desenvolvimento económico na aceção do termo, significa crescimento económico acompanhado de uma mudança estrutural substancial ou organizacional na economia, com passagem de uma economia local de subsistência para os mercados e para o comércio ou crescimento das produções industriais e de serviços relativamente à agricultura.

Na visão de Neal & Cameron (2019, p.14-15), tanto o crescimento, quanto, o desenvolvimento, embora sejam considerados, habitualmente, como «coisas boas», são em princípio, termos destituídos de valores, na medida em que podem ser medidos e descritos sem referência a normas éticas. Não é, claramente, o caso com o termo progresso económico. Na ética secular moderna, o crescimento e o desenvolvimento são frequentemente equacionados como progresso, mas não existe necessariamente uma ligação entre eles.

2.1.1- Teorias de Crescimento Económico

O problema do crescimento económico sempre esteve presente nas discussões sobre economia sendo este problema, de forma questionável, a principal motivação do primeiro tratado sobre economia, chamado

produtivos disponíveis (quantidade de trabalho, de fábricas e equipamentos e de recursos naturais).

“um inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações”, escrito por Adam Smith e publicado em 1776. Apesar deste livro tratar praticamente todos os temas relacionados a economia, o título já denuncia a preocupação central com problemas relacionados ao crescimento económico.

▪ A Teoria Clássica de Adam Smith e Malthus

Segundo Moreira (2005, p.431), economia clássica é o nome dado à primeira escola moderna da história dos pensamento económico. O marco inaugural do pensamento económico clássico fundamenta-se na obra “A Riqueza das Nações”, do escocês Adam Smith. Seus conceitos giram em torno da noção básica de que os mercados tendem a encontrar um equilíbrio económico a longo prazo, ajustando-se a determinadas mudanças no cenário económico.

Para Nabais & Ferreira (2012, p.356), os economistas clássicos Adam Smith e Malthus referiram o papel importante da terra e do trabalho no crescimento económico dos países. A dinâmica de crescimento económico assentava no povoamento das terras abundantes e disponíveis. A função de produção dependia sobretudo do trabalho e da terra, já que o capital era diminuto, pelo que o produto nacional aumentava se aumentasse o uso dos factores produtivos anteriores.

Esta abordagem do crescimento económico estava limitada no tempo. Quando a terra deixa de ser abundante põe em causa o equilíbrio entre o produto, o trabalho e a terra. Surgem as ideias pessimistas de Malthus, que afirma que a população e o produto nacional crescem, mas este último a um ritmo mais lento. Malthus concluiu que o ritmo de crescimento populacional seria mais acelerado do que o ritmo de

João, A.P.P. (2025). *A contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola, de 1990 a 2021: uma proposta para o processo de diversificação da economia nacional*

crescimento de alimentos, ou seja, na sua visão, a população tendia a crescer geometricamente sobrecarregando a produção de alimentos, que cresceria aritmeticamente. A pressão que uma população crescente exerceria sobre um estoque fixo de terra significa produtividade decrescente do trabalho, uma vez que terras cada vez menos produtivas seriam incorporadas à actividade agrícola para suprir a demanda. (MOREIRA, 2005, p.431).

▪ Teoria Keynesiana

A escola Keynesiana é a teoria económica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” qual consiste numa organização político-económica, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objectivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

O pensamento keynesiano tem sua base assente no princípio de que o ciclo económico não é auto-regulado como pensam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo “espírito animal” dos empresários. É por esse motivo, e pela incapacidade do sistema capitalista conseguir empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia. Keynes defendeu a tese de que o Estado deveria intervir na fase recessiva dos ciclos económicos com sua capacidade de imprimir moeda para aumentar a procura efetiva através de déficits do orçamento do Estado e assim manter o pleno emprego. (CRUZ, 1992, p.220-254).

▪ Teoria de Crescimento Endógeno

A teoria do crescimento endógeno enfatiza diferentes oportunidades de crescimento no capital físico e no capital do conhecimento. Há rendimentos marginais decrescentes para o capital físico, mas talvez não para o do conhecimento. A ideia de que um maior investimento em conhecimento aumenta o crescimento é importante para vincular taxas de poupança mais elevadas à taxas de crescimento de equilíbrio mais altas. (DORNBUSCH et al., 2013, p.78).

A motivação essencial desta nova abordagem reside na tentativa de explicar o crescimento de longo prazo (ou seja, o progresso técnico) com base no comportamento dos agentes, e sem ter de recorrer a elementos exógenos ao sistema económico. O progresso técnico deixa então de ser considerado uma variável aleatória independente das estratégias das empresas, e passa, em particular nos modelos de crescimento endógenos mais recentes, a ser entendido como algo que deriva precisamente de inovações destas últimas para captar rendimentos extraordinários. (NABAIS; FERREIRA, 2012, p.371).

O fenómeno de crescimento endógeno provém fundamentalmente da presença de um mecanismo que impede a anulação da produtividade marginal de um factor acumulável indispensável à produção. É no crescimento endógeno da produtividade de um factor de produção acumulável que reside a grande novidade das teorias do crescimento endógeno, em comparação com o modelo de Solow. As fontes do crescimento são explicadas no modelo. Como relata o modelo de Solow, a produtividade marginal decrescente do capital assegura a concavidade da curva da poupança e a intersecção com a recta do investimento necessário, contribuindo para a formação do estado estacionário e do equilíbrio a longo prazo. (NABAIS; FERREIRA, 2012, p.371).

2.1.2- Modelos de Crescimento Económico

Denardin (2010, p.46), argumenta que, no decorrer do tempo, vários modelos económicos foram construídos para estudar o crescimento económico porém, apenas em 1956, apareceu um modelo capaz de explicar o crescimento a partir do comportamento de firmas e famílias, e não a partir de hipóteses sobre a relação entre agregados macroeconómicos. Este modelo foi devido a Robert Solow que o apresentou em um artigo chamado “A contribuição para a teoria do crescimento económico”.

O modelo de solow procura estabelecer uma relação entre o PIB *per capita*, designado em outro termo como Produto, ou Y em determinadas fórmulas matemáticas, e o capital físico. Do ponto de vista de análise, este modelo pode ser estudado em duas versões: *modelo de Solow sem progresso técnico e com progresso técnico*. Nesta corrente o crescimento é explicado por uma variável exógena, ou seja, pelo resíduo de Solow, e assumindo sempre a existência de um limite máximo ao crescimento, no qual o crescimento real do PIB é igual ao crescimento da população (o que implica que o PIB *per capita* se mantenha constante). No entanto, no modelo de Solow com progresso técnico quando o PIB está no ponto máximo está a crescer à taxa de crescimento da população somada da taxa de progresso técnico, ao passo que, o PIB *per capita* cresce à taxa de progresso técnico. (NABAIS; FERREIRA, 2012, p.367-371).

2.2- Conceito de Diversificação da Economia

A literatura económica não apresenta uma definição formal do termo diversificação económica. Todavia, a diversificação económica é definida como sendo uma

estratégia de desenvolvimento económico com a finalidade de descentralizar as actividades produtivas de um país, em fontes cujos recursos garantam um desenvolvimento económico sustentável hoje e no futuro. Por outro lado, a diversificação da economia pode ser definida como sendo um mecanismo de gestão do risco económico contra os choques externos. Ou seja, é uma medida de ajustamento de médio e longo prazo, que visa reduzir o grau de dependência da economia de um único sector, permitindo que a economia se desloque de uma estrutura monoprodutora, para uma estrutura multiprodutora.

A diversificação económica é cada vez mais reconhecida como essencial para o desenvolvimento económico, especialmente em países de baixa renda e dependentes de recursos não renováveis, pois que ajuda a impulsionar o crescimento económico e na redução da pobreza. Ela é importante porque, em geral, vem acompanhada de modernização industrial devido à difusão de tecnologia e um movimento em direcção a sectores de maior produtividade e empregos com melhor remuneração.

As economias enfraquecidas pela falta de diversificação são susceptíveis a crises globais.²² Admitindo esta realidade, o objectivo da diversificação económica moldou a direcção política de muitos países. A urgência da diversificação das exportações é frequentemente enfatizada pelos ciclos periódicos de alta e baixa dos preços internacionais das *commodities*, como foi o caso observado no segundo semestre de 2014 e, mais recentemente, durante o choque global na oferta e demanda de petróleo desencadeado pela pandemia de coronavírus.

Dada a importância da diversificação das economias, é fundamental reconhecer como várias dimensões da diversificação podem

²² Informação disponível em <https://www.un.org/africarenewal/magazine/septem>

[ber-2020/covid-19- crise-amplifica-urgencia-diversificacao-economica-africa.](#)

João, A.P.P. (2025). *A contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola, de 1990 a 2021: uma proposta para o processo de diversificação da economia nacional*

ter diferentes implicações para o conjunto de opções políticas. Intimamente associada ao processo de transformação estrutural de sectores de menor produtividade para sectores de maior produtividade, a diversificação económica apresenta algumas dimensões evidentes. A primeira diz respeito à expansão de sectores económicos que contribuem para a diversificação do emprego e da produção ou do produto interno bruto (PIB), e a segunda está associado ao comércio internacional ou à diversificação das exportações.

Baptista (2015, p.5), considera a existência de dois modelos teóricos de diversificação económica: **a diversificação intra-sectorial e diversificação extra-sectorial.**

A diversificação é dita intra-sectorial quando o objectivo desta diversificação reside em dinamizar um mesmo sector de produção em subsectores de produção, a título de exemplo: O Sector petrolífero pode ser diversificado em subsectores de formas a evitar a importação dos seus derivados.

Por outro lado, a diversificação da economia é dita extra-sectorial quando é feita ou implementada de forma a dar um respaldo em outros sectores que tanto podem contribuir positivamente no crescimento económico do país e dar ênfase no desenvolvimento económico que tem a ver com o bem-estar social das famílias; Outrossim, se pode dizer que a diversificação da economia é dita extra-sectorial quando o objectivo consiste em dinamizar todos os sectores produtivos que podem de certa forma contribuir para o crescimento económico do País. Exemplo: Dinamizar o sector das pescas, o sector da agricultura, o sector da energia e água, etc.

3. Metodologia

²³ De acordo com autores como Gujarati (2011, p.45) & Nhangwa (2019, p.27), uma série temporal é um conjunto de observações dos valores que uma variável assume em diferentes momentos do tempo.

Este estudo adoptou um desenho de pesquisa ex-post-facto em que a investigação se inicia após a ocorrência do facto sem interferência do pesquisador. Portanto, factos históricos sobre os sectores não petrolíferos e crescimento económico foram obtidos através do uso de dados secundários.

3.1- Fontes de Dados

Três tipos de dados podem estar disponíveis para a análise empírica: dados de **séries temporais**, de **corte transversal** e **combinados** (isto é, a combinação de séries temporais com os dados de corte transversal). Para a presente pesquisa, utilizou-se dados em “séries temporais”²³.

A recolha dos referidos dados foi efectuada na base de dados de Ivan Kushnir, disponíveis no seu website www.ivanstat.com.ao e em www.tradingeconomic.com, com frequência anual para o período de 1990 a 2021 e foram logaritimizadas para evitar problemas de heteroscedasticidade. Estas plataformas incluem os dados sobre diferentes indicadores macroeconómicos de vários países do mundo, com os respectivos históricos de contas anuais.

3.2- Ferramentas

Após a obtenção dos dados, o recurso utilizado foi o software *Eviews-8*, de modo a elaborar a análise estatística a partir de dados em séries temporais. A técnica utilizada para produzir este estudo é a estatística descritiva e a “regressão linear múltipla”²⁴, sendo esta última a mais indicada para estudar a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes.

²⁴ Um objectivo muito importante num problema de regressão é predizer ou estimar o valor mais provável da variável não controlada correspondente a um valor dado da outra variável. (AFONSO; NUNES, 2011, p.437).

O processo de análise comportou quatro etapas: primeira, análise de estacionariedade das séries temporais recorrendo ao teste de raiz unitária, usando o procedimento ADF (*Dickey-Fuller* Aumentado); segunda, teste de cointegração entre as variáveis; terceira, verificação da relação de causalidade, e finalmente, estimação de um modelo, em função dos resultados obtidos nas três etapas antecedentes.

Convém realçar que, nos modelos com séries temporais, é crucial analisar a estacionariedade das variáveis para evitar problemas de estimação, em especial o problema de “**regressão espúria**”. Uma série temporal é dita estacionária quando a média e a variância são constantes ao longo

Tabela 3: Variáveis Incluídas nos Modelos

Variáveis	Descrição	Unidade	Fonte
Y_t	PIB per capita	Dólar	www.ivanstat.com.ao
X_{1t}	Agricultura per capita	Dólar	www.ivanstat.com.ao
X_{2t}	Indústria trans. per cap.	Dólar	www.ivanstat.com.ao
X_{3t}	Comércio per capita	Dólar	www.ivanstat.com.ao
X_{4t}	Construção per capita	Dólar	www.ivanstat.com.ao
X_{5t}	Transporte per capita	Dólar	www.ivanstat.com.ao

Fonte: Elaboração própria.

3.4- Especificação do Modelo

Para avaliar a contribuição do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola e responder a problemática desta pesquisa, criou-se um modelo matemático teórico inspirado nos estudos desenvolvidos por Okezie e Azubike (2016) sobre as contribuições da receita não petrolífera para a receita do governo e crescimento económico na Nigéria, adaptando o referido modelo ao contexto económico de Angola, com alterações nas variáveis explicativas, introduzindo os valores acrescentados dos sectores da agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e

do tempo, e o valor da covariância entre dois períodos depende apenas da distância temporal entre eles. (FERREIRA, 2013, p.157).

3.3- Variáveis

A amostra utilizada é composta por dados anuais e incidirá sobre as variáveis descritas na tabela abaixo, cujo PIB é a variável dependente e os sectores da agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transportes, variáveis independentes:

transportes. A justificativa para essas mudanças é investigar especificamente a contribuição desses sectores no crescimento económico de Angola. Assim, o modelo especificado apresenta a seguinte estrutura:

$$\ln Y_t = \ln \beta_0 + \beta_1 \ln X_{1t} + \beta_2 \ln X_{2t} + \beta_3 \ln X_{3t} + \beta_4 \ln X_{4t} + \beta_5 \ln X_{5t} \quad (1.1)$$

Com : $\beta_0 \geq 0$; $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \text{ e } \beta_5 > 0$;

Onde :

$1 \rightarrow \beta_0 \geq 0$: representa a constante, ou seja, a porção do PIB *per capita* explicado por outros sectores. A existência de uma constante num modelo económico serve para justificar a hipótese *ceteris paribus*;

2→ Os restantes parâmetros, designadamente $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4,$ e $\beta_5 > 0$; são as elasticidades constantes do PIB em relação aos sectores da agricultura, indústria transformadora, construção, comércio e transportes, respectivamente.

Antes de se realizar a estimação do modelo especificado, examinou-se a estacionariedade de cada série temporal das variáveis em análise. Os resultados dos testes de estacionariedade em nível apresentados na tabela 2, mostram que a hipótese nula da presença de raiz unitária não é rejeitada para todas as variáveis e podemos confirmar que as séries temporais de cada variável são não estacionárias em nível.

4- Resultados

- **Análise dos Resultados de Teste de Raiz Unitária (ADF)**

Tabela 2: Teste de Dickey-Fuller aumentado ADF (em nível) ou Unit Root Test

Angola					
Unit root test					
Variáveis	Teste estatístico	Valores críticos	Prob.	Decisão	Resultado
PIB	-0.337688	-2.960411	0.9079	AH ₀	Não estacionária
Agricultura	-1.380646	-2.960411	0.5788	AH ₀	Não estacionária
Indústria trans.	-0.757289	-2.960411	0.8171	AH ₀	Não estacionária
Comércio	-0.640242	-2.960411	0.8472	AH ₀	Não estacionária
Construção	-0.084531	-2.960411	0.9427	AH ₀	Não estacionária
Transporte perc.	0.124710	-2.960411	0.9380	AH ₀	Não estacionária

Fonte: construção própria, com base nos resultados do Eviews.

Nota 1) Não rejeita-se a hipótese nula ao nível de significância de 5%.

Entretanto, no segundo passo desenvolveu-se as primeira diferenças a fim de se realizar testes fixos em variáveis diferenciadas. Os resultados apresentados na tabela 3.

mostram que, após a primeira diferença rejeita-se a hipótese nula da existência de raiz unitária pelo que confirma-se a estacionariedade das séries temporais das variáveis em análise. Neste sentido, podemos predizer que todas as variáveis são integradas de primeira ordem, ou seja, I(1).

Tabela 3: Teste de Dickey-Fuller aumentado ADF (Primeira Diferença)

Angola					
Unit root test					
Variáveis	Teste estatístico	Valores críticos	p-values	Decisão	Resultado
PIB	-5.902878	-2.963972	0.0000	RH ₀	Estacionária
Agricultura	-4.984649	-2.963972	0.0003	RH ₀	Estacionária
Indústria trans.	-7.162299	-2.963972	0.0000	RH ₀	Estacionária
Comércio	-5.439925	-2.963972	0.0001	RH ₀	Estacionária
Construção	-6.438036	-2.981038	0.0000	RH ₀	Estacionária
Transporte	-5.364401	-2.963972	0.0001	RH ₀	Estacionária

Fonte: construção própria, com base nos resultados do Eviews .

Nota:1) Rejeita-se a hipótese nula ao nível de significância de 5%.

▪ **Análise dos Resultados de Testes de Cointegração**

Depois de se confirmar que todas as variáveis em análise são integradas de ordem 1, o próximo passo é testar a possibilidade de existência de relação de longo prazo entre as variáveis, aplicando o teste de cointegração. A hipótese nula para este teste é da não existência de relação de cointegração, ao passo que, se esta hipótese

for rejeitada ao nível de significância de 5%, confirma-se a cointegração entre as variáveis.

Existem vários teste para análise de cointegração, para o presente trabalho, usamos o procedimento de teste de cointegração de Johansen e Juselius (1992), como ilustra a tabela 4. O teste do traço estatístico (trace test) indica ao nível de significância de 5% a existência de relação de cointegração (4 equações cointegradas) entre as variáveis, pelo que rejeitamos a hipótese nula da não existência de cointegração entre as variáveis.

Tabela 4: Teste de Cointegração (Trace Test)

Hipótese	Johansen teste				
	Nº de E.C ²⁵	trace statistic	valor crítico	p-values	
At most 1 *		121.9930	69.81889	0.0000	RH ₀
At most 2 *		73.50519	47.85613	0.0000	RH ₀
At most 3 *		34.78330	29.79707	0.0123	RH ₀
At most 4 *		15.44021	15.49471	0.0510	RH ₀
At most 5 *		0.128436	3.841466	0.7201	AH ₀

Fonte: construção própria, com base nos resultados do Eviews.

Nota: 1) denota-se a rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 5%.

2) O Trace test indica 4 equações cointegradas ao nível de significância de 5%.

Este resultado é contrário ao teste de Maximum Eigenvalue apresentado na tabela 5, que indica 3 equações cointegradas entre as variáveis ao nível de significância de 5%. No entanto, para Johansen e Juselius (1992), *apud* Quixina (2014, p.36), na eventualidade de haver conflito entre estes testes, o teste de traço estatístico (trace test)

é o mais recomendável para inferências, por apresentar maior robustez. Nestas circunstâncias, para a presente pesquisa e considerando os argumentos de razão enunciados, escolhemos o teste de traço estatístico que apresenta 4 equações cointegradas. De realçar que, a existência de cointegração implica relação no longo prazo entre as variáveis, crescimento económico, agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transporte.

²⁵ Número de equações cointegradas.

Tabela 5: Teste de Cointegração (Maximum Eigenvalue Test)

Hipótese	Johansen teste			
Nº de E.C	Max-Eigen statistic	valor crítico	Prob.	
Resultado				
At most 1 *	48.48781	33.87687	0.0000	RH ₀
At most 2 *	38.72189	27.58438	0.0005	RH ₀
At most 3 *	19.34309	21.13162	0.0013	RH ₀
At most 4 *	15.31178	14.26460	0.0873	AH ₀
At most 5 *	0.128436	3.841466	0.7201	AH ₀

Fonte: construção própria, com base nos resultados do Eviews.

Nota: 1) denota-se a rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 5%.

2) O Max-Eigen test indica 3 equações cointegradas, ao nível de significância de 5%.

▪ **Análise do Teste de Causalidade de Granger**

Depois de obtermos a relação de longo prazo entre as variáveis crescimento económico, agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transportes, de seguida, analisamos o teste de Causalidade de Granger de modo a determinar a direcção de causalidade nas relações entre as variáveis.

Tabela 6: Apresentação dos resultados do teste de Causalidade de Granger

Variáveis	Prob.	Decisão	Resultado
PIB → Indústria transformadora	0.0169	RH ₀	Há causalidade
PIB → Transporte	0.0332	RH ₀	Há causalidade
Construção → Indústria transformadora	0.0143	RH ₀	Há causalidade
Construção → Transporte	0.010	RH ₀	Há causalidade

Fonte: construção própria, com base nos resultados do Eviews.

Os resultados apresentados na tabela 6, revelam a existência de causalidade unilateral entre algumas variáveis em análise, designadamente, PIB → indústria transformadora; PIB → transportes; construção → indústria transformadora e construção → transportes. Ou seja, existe uma relação causal unilateral partilhada entre o crescimento económico (PIB) e o sector da indústria transformadora, na medida em que, rejeitamos a hipótese nula da não existência de relação causal, ao nível de significância de 5%. Situação igual é verificada entre o PIB e o sector dos transportes, com relação causal unilateral. Por outro lado, há uma relação de causalidade unilateral, partilhada entre o sector da construção e da indústria transformadora, bem como entre o sector da construção e dos transportes, na medida em

que se rejeita a hipótese nula de forma significativa. Porquanto, entre as demais variáveis, não há qualquer relação causal a granger, sendo certo que, na tabela acima, apresentamos apenas os resultados das relações causal partilhadas entre as variáveis. Há causalidade

compreende média, desvio padrão, mínimo e máximo.

▪ **Estatística Descritiva**

A tabela 7 resume as estatísticas descritivas.

A estatística descritiva deste estudo

Tabela 7: Estatística Descritiva das variáveis em análise

Indicadores	PIB	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO	TRANSPORTE
Mean	7.85681	5.115322	7.192978	5.486894	5.029787	4.472210
Median	7.95780	5.496515	7.343216	5.649247	5.156804	4.424614
Maximum	8.82608	5.998937	8.141907	6.265301	6.526495	5.789960
Minimum	6.54535	3.828641	5.908083	4.248495	3.135494	2.833213
Std. Dev.	0.82550	0.676189	0.789831	0.697960	1.242141	1.065868
Skewness	-0.25666	-0.595776	0.169555	0.557942	-0.183067	-0.195979
Kurtosis	1.48961	1.876701	1.369847	1.783733	1.422898	1.455967
Jarque-Bera	3.39302	3.575464	3.696525	3.632671	3.495073	3.383557
Probability	0.18332	0.167339	0.157511	0.162621	0.174203	0.184192
Sum	251.417	163.6903	230.1753	175.5806	160.9532	143.1107
Sum Sq. Dev.	21.1250	14.17419	19.33880	15.10161	47.83038	35.21829
Observations	32	32	32	32	32	32

Fonte: *Eviews 8*.

Fonte: construção própria, com base nos resultados do *Eviews*.

4.1- Estimação do Modelo

Tabela 8: Estimação dos parâmetros dos modelos

Modelo	$\ln\hat{Y}_t = 1.891 + 0.1136\ln X_{1t} + 0.4350\ln X_{2t} + 0.185\ln X_{3t} + 0.075\ln X_{4t} + 0.192\ln X_{5t}$					
Desvio-padrão	(0.1938)	(0.0249)	(0.0382)	(0.0467)	(0.0280)	(0.0503)
t- student	(9.759)	(4.559)	(11.375)	(3.969)	(2.699)	(3.807)
Probabilidade	(0.0000)	(0.0001)	(0.0000)	(0.0005)	(0.0121)	(0.0008)
$R^2=0.88$;	N = 32 Anos;		F-statistic=4 003.85;		Akaike criterion=-3.5752	
$\bar{R}^2_{Ajust.}=0.85$	DW = 1.95		Prob(F-statistic)=0.0000;		Schwarz=-3.5752	

4.1.1- Testes de Diagnósticos

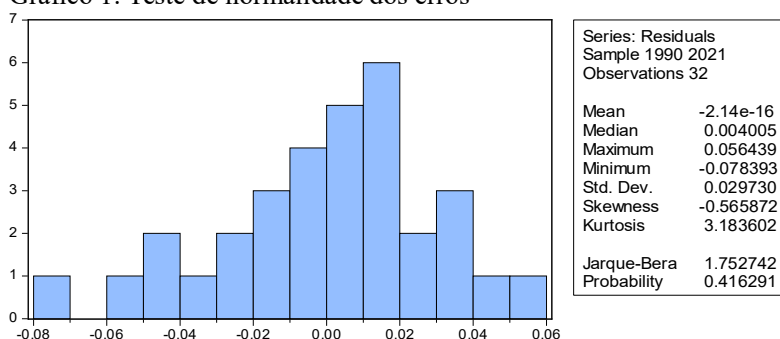
▪ Teste de normalidade dos resíduos

Para testar a normalidade dos resíduos utilizou-se o teste Jarque-Bera. O teste Jarque-Bera se baseia em duas medidas: assimetria e curtose. Assimetria se refere a quão simetricamente os resíduos se dispõem em torno do zero. Resíduos

perfeitamente simétricos terão assimetria zero. Por outro lado, a curtose se refere ao achatamento da distribuição. Para uma distribuição normal, o valor da curtose é 3. (HILL, 2010, p.180).

A hipótese nula para este teste é de que os resíduos são normalmente distribuídos. Assim, analisando as informações contidas no histograma abaixo, podemos concluir que os resíduos são normalmente distribuídos.

Gráfico 1: Teste de normalidade dos erros



Fonte: *Eviews 8*

▪ Teste de Multicolinearidade

Para Malassise (2015, p.109), o entendimento geral sobre a multicolinearidade é que ela surge devido a existência de relações lineares entre as variáveis independentes do modelo, ou seja, existe colinearidade. Os resultados numéricos das estimações confirma que as variáveis explicativas do modelo não sofrem de problemas de multicolinearidade, na medida em que temos um alto coeficiente de determinação e a relação entre os parâmetros é estatisticamente significativo, pela estatística t.

▪ Teste de Autocorrelação

De acordo com Matos (2000), *apud* Malassise (2015, p.119) a

autocorrelação é um dos problemas mais sérios em econometria. Existem vários teste para dectetar a autocorrelação, na presente pesquisa utilizou-se o teste de Durbin Watson (DW), atendendo a sua simplicidade e facilidade de análise. Para este teste, quanto mais proximo de 2 for o valor DW menor é a possibilidade de existência de autocorrelação, ou seja, $DW=2(1-\rho)$; se $\rho=0 \rightarrow DW=2$ quer dizer ausência de autocorrelação. Os resultados das estimações constantes da tabela 8 demonstra que o valor de DW é igual a 1.95, pelo que se confirma a ausência de autocorrelação.

▪ Teste de Heterocedasticidade

Considerando a estrutura dos dados seleccionados para a presente pesquisa (**dados em séries temporais**), procurou-se testar a heterocedasticidade dinâmica.

O interesse é analisar a relação entre o erro ao quadrado e momentos passados no tempo, sendo esta possível relação conhecida como heterocedasticidade condicionada auto-regressiva (ARCH), ou ainda, *autoregressive conditional heteroskedasticity*, quando traduzida em inglês. O teste ARCH considera um modelo auto-regressivo descrito por:

$$U_t^2 = \delta_0 + \delta_1 U_{t-1}^2 + \varepsilon_t \quad (1.2)$$

Como se está testar relações entre variâncias, o teste de ARCH é feito com as seguintes hipóteses:

$$H_0: \delta_1 = 0$$

$$H_1: \delta_1 > 0$$

A hipótese nula para este teste é da não existência de heterocedasticidade, ao passo que, se a hipótese nula for rejeitada ao nível de significância de 5%, há indícios de heterocedasticidade. Os resultados apresentados na tabela abaixo, confirmam que a variância residual é homocedástica. Pelo que, não há evidências de problemas de heterocedasticidade.

Tabela 9: Teste de ARCH

Equação de ARCH	$U_t^2 = 0.000838 - 0.064503U_{t-1}^2$
Desvio-padrão	(0.000273) (0.175630)
t- student	(3.073697) (-0.367265)
Probabilidade	(0.0046) (0.7161)

Fonte: construção própria, com base nos resultados do *Eviews*.

5- Discussão

Confrontando o modelo teórico aos dados macroeconómicos reais e, utilizando uma amostra de 32 anos, isto é, de 1990 a 2021, os resultados numéricos das estimações revelam que os sinais dos parâmetros respeitam a expectativa a priori definida e são individuais e globalmente significativos, na medida em que a hipótese nula da não significância estatística dos parâmetros é rejeitada ao nível de significância de 5%. Os resultados apresentados na tabela 8 revelam que *ceteris paribus*, quando toda as variáveis explicativas forem mantidas constantes, o PIB autónomo se fixará significativamente em 6,5% no longo prazo ($PIB_0 = e^{\beta_0}$, sabendo que $e \cong 2.7$ e $\beta_0 = 1.891 \rightarrow PIB_0 = 2.7^{1.891} \rightarrow PIB_0 = 6.5\%$). Além disso, O resultado indica que uma variação percentual nos sectores da agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e

transportes afectará positiva e significativamente as receitas desses sectores canalizadas para o PIB em 0.11%; 0.43%; 0.19%; 0.08% e 0.2%, respectivamente.

Por outro lado, os resultados dos diferentes testes de diagnósticos, revelam que os erros são normalmente distribuídos e que não há evidências de violação dos pressupostos básicos do método dos mínimos quadrados ordinários utilizados na estimação dos parâmetros, na medida em que, não se verificou indícios quer de autocorrelação, quanto, de heterocedasticidade e multicolinearidade, sendo certo que, os testes efectuados para o efeito, designadamente, o teste de ARCH, DW e teste formal de multicolinearidade, descartaram a hipótese de presença desses problemas, pelo que, o modelo estimado reúne os requisitos mínimos

para que possa ser empregue para fins de decisão e de previsão.

6- Conclusões e Recomendações

▪ Conclusões

Apartir da análise realizada neste estudo, é possível extrair as seguintes conclusões:

- 1- O sector não petrolífero tem efeito estrutural positivo no crescimento económico de Angola, este efeito estrutural é garantido pela relação de longo prazo (cointegração) existente entre as variáveis, mas que sua contribuição para o crescimento económico é relativamente baixa em comparação com o sector petrolífero. Isso evidencia a persistente dependência da economia angolana em relação às receitas do petróleo;
- 2- A concentração da actividade económica em torno do sector petrolífero tem limitado os efeitos de transição para outros sectores, retardando o processo de diversificação da economia angolana. As políticas públicas implementadas até o momento têm se mostrado insuficientes para impulsionar uma diversificação efectiva, carecendo de uma abordagem mais abrangente e coordenada entre diferentes sectores de acção;
- 3- Por fim, o PIB de Angola é mais sensível ao sector da indústria transformadora, com uma elasticidade estimada em cerca de 0.43%, e que os resultados para o teste de causalidade indicam a existência de relação causal unilateral partilhada entre o crescimento económico (PIB) e o sector da indústria transformadora, na medida em que, rejeitamos a hipótese nula da não existência de relação causal, ao nível

de significância de 5%. A existência de relação causal entre as variáveis independentes e o crescimento económico sugere a influência positiva do sector não petrolífero como uma ferramenta de política económica para aumentar o crescimento macroeconómico.

▪ Recomendações

Com base nas conclusões apresentadas, esta pesquisa propõe as seguintes recomendações para impulsionar o processo de diversificação da economia angolana:

- 1- Optar por um modelo de diversificação económica extra-sectorial, utilizando as receitas geradas pelo sector petrolífero para investir em outros sectores domésticos, como a agricultura, indústria transformadora, comércio, construção e transportes, entre outros, a fim de expandir a fonte de receita da economia. A canalização destes rendimentos deve levar em consideração a elasticidade do PIB face ao sector não petrolífero, ou seja, a ideia de se avaliar a participação do sector não petrolífero no crescimento económico de Angola por meio de determinação das elasticidades, visa ajudar o Governo a melhor direccionar os seus investimentos. Quer dizer, conhecendo a sensibilidade do PIB em relação aos sectores domésticos permitirá o Executivo em saber por cada um por cento dos investimentos canalizados a esses sectores qual será o seu efeito no crescimento económico de Angola.
- 2- Fomentar o empreendedorismo e a inovação, facilitando o acesso a financiamento, reduzindo a burocracia e melhorando o ambiente de negócios para estimular o

surgimento de novos empreendimentos em sectores diversificados e investir em logística e conectividade, com a melhoria das vias de acesso, para facilitar a integração dos diferentes sectores da economia e a redução dos custos de transação.

- 3- Aprimorar a transparência na gestão dos recursos públicos, por meio da adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas e programas de desenvolvimento, bem como estabelecer uma coordenação efetiva entre os diferentes departamentos ministeriais envolvidos no processo de diversificação da economia, alinhando as estratégias e otimizando a alocação de recursos.

A implementação dessas recomendações de forma articulada e consistente poderá servir de alavanca e contribuir significativamente no processo de diversificação da economia angolana, reduzindo sua vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional de petróleo e promovendo um crescimento económico mais sustentável e inclusivo.

Referências Bibliográficas

LIVROS

- [1] AFONSO, Anabela; NUNES, Carla. Estatística e Probabilidades: Aplicações e Soluções em SPSS. 1ª Ed, Lisboa, Escolar Editora, 2011.
- [2] BERNARD, Yves; COLLI, Jean-Claude. *Dicionário Económico e Financeiro*. 5.ed, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- [3] KEYNES, John Maynard. *General theory of employment, interest and money*. Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro, São Paulo, editora Atlas, 1992.
- [4] DENARDIN, Anderson António. *Macroeconomia*. Lisboa, edições técnicas, 2010.
- [5] DORNBUSCH, Rudiger, et al. *Macroeconomia*. 11.ed. Porto Alegre, AMGH Editora Ltda., 2013.
- [6] ELLERY Jr, Roberto; GOMES, Victor. *Modelo de Solow e Contabilidade do Crescimento*. São Paulo, Makron Books, 2003.
- [7] FERREIRA, Paulo Jorge Silveira. *Princípios de Econometria*. 1ª ed., Lisboa, letras e conceitos lda, 2013.
- [8] GOMES, Victor. *Modelo de Solow, residuo de Solow e Contabilidade do Crescimento*, São Paulo, 2003.
- [9] GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. 5ª edição, Rio de Janeiro, amgh editora lda, 2011.
- [10] HILL, R. Carter, et al. *Econometria*. 3ª Ed, São Paulo, Saraiva, 2010.
- [11] MALASSISE, Regina Lúcia Sanches. *Econometria*. Paris, Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2015.
- [12] MATTOS, Orlnado Carneiro de. *Econometria básica: teoria e aplicações*. São Paulo: Atlas, 1995.
- [13] MOREIRA, Sene. *Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização*, São Paulo, Editora Atlas, 2005.
- [14] NABAIS, Carlos e FERREIRA, Ricardo Viseu. *Macroeconomia*. lidel-edições técnicas, lisboa, 2012.
- [15] NASCIMENTO, Manuel Carlos do. *Estudos Sobre a Dívida Pública e Regulação Bancária em Angola*. Tipografia Lousanense, lda, Angola, 2017.
- [16] NEAL, Larry; CAMERON, Rondon. *História Económica do Mundo*. Lisboa, Escolar Editora, 2019.
- [17] NHANGA, João Paulo Alberto. *Aplicação e Análise Comparativa de Metodologias de Previsão Económica*. 1ª Ed, Luanda-Angola, DF Editora, 2019.

[18] NUNES, Elisa Rangel. Lições de Finanças Públicas e de Direito Financeiro. Luanda-Angola, Anistia Edições, 2007.

[19] VASCONCELLOS, Marcos Sandoval de. Macroeconomia: Micro e Macro. 6.ed. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2015.

ESTUDOS

[1] BAPTISTA, Mateus Manuel Francisco. A Contribuição das Instituições Financeiras na Diversificação da Economia Nacional: Estudo de caso-Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). 2015. 5 e 6 f. Dissertação- Faculdade de Economia, Universidade Agostinho Neto.

[2] QUIXINA, Yuri Gilson Cassumba. A Relação Causal entre Evolução do Petróleo e Sector Bancário, Rendimento do Petróleo e Crescimento Económico em Angola nas últimas Décadas. 2014. 36 f. Dissertação- Faculdade de Economia do Porto.

[3] MUHONGO, Rodrigues António. O Impacto do Processo de Diversificação da Economia no Produto Interno Bruto de Angola, no período de 2002 à 2020. 2022. 14 e 18 f. Monografia- Faculdade de Economia, Universidade Agostinho Neto.

[4] Njuguna Ndung'u, "COVID-19 Crisis Amplifies the Urgency for Economic Diversification in Africa" Africa Renewal, <https://www.un.org/africarenewal/magazine/september-2020/covid-19-crise-amplifica-urgência-diversificação-económica-áfrica>.

[5] SO, Okezie; JU, Azubike (2016). Avaliação da Contribuição das Receitas

Não Petrolíferas para as Receitas Governamentais e Crescimento Económico: Evidências da Nigéria. *Journal of Accounting and Financial Management*, 2, 41-51. ("trad. do autor").

SITES

Foram todos acessados em Angola, no período de Setembro de 2022 a Maio de 2024.

[1] <http://proffdeo.blogspot.com/2018/02/angola-localizacao-dimensoes-e.html>.

[2] <http://www.ine.gov.ao>

[3] <https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/>

[4] www.kushnirs.org

[5] <http://kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp/Angola.html>.

[6] www.tradingeconomic.com

[7] www.minfin.gov.ao

[8] www.BNA.ao

[9] world Bank.

[10] www.ivanstat.com.ao



ALBA®

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ISSN PRINT: 3006-2489

ISSN ONLINE: 3006-2470

1ª Ed, Vol. II, No. 7, Maio, 2025

<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/10>

albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz